

ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

Aos 11 dias do mês de abril de 2018, pelas 10:25 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª Parte

Audição do Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil sobre o estudo relativo à Ponte 25 de Abril, na sequência dos requerimentos do CDS-PP, do PCP e do PSD

2.ª Parte

- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 171/XIII/3.ª, 172/XIII/3.ª e 173/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 3, 4 e 5 de abril de 2018
- 2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Secretário de Estado da Energia sobre os Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) e do requerimento do PSD para audição do Secretário de Estado da Energia sobre interligação das redes de transporte de energia
- 3. Apreciação e votação do requerimento do PSD para audições sobre a requalificação do troço Olhão-Vila Real de Santo António da EN125
- 4. Nova apreciação e votação indiciária do Projeto de Lei n.º 599/XIII/2.ª (PSD)
- "Reforça a defesa da concorrência e regula as ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência ("Private Enforcement")"e da Proposta de Lei n.º 101/XIII/3.ª (GOV) "Estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao direito da concorrência, transpondo a Diretiva 2014/104/UE"



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

- 5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 611/XIII/2.ª (PS) "Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes na travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 565/XIII/2.ª (BE) "Recomenda ao Governo que atribua prioridade à construção de uma nova travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 1167/XIII/3.ª (CDS-PP) "Recomenda ao Governo que assegure o ordenamento e gestão eficiente do tráfego na Ponte da Chamusca", 1248/XIII/3.ª (PCP) "Pela eliminação das dificuldades de circulação entre os concelhos da Chamusca e da Golegã através da Ponte João Joaquim Isidro dos Reis" e 1376/XIII/3.ª (PSD) "Recomendação ao Governo relativamente às acessibilidades nos concelhos de Chamusca e Golegã e normalização do tráfego rodoviário"
- 6. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.ª (PCP) "Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro", 1345/XIII/3.ª (PCP) "Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão" e 1347/XIII/3.ª (PCP) "Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia"
- 7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 975/XIII/2.ª (CDS-PP)
- "Recomenda ao Governo que suspenda o processo de desenvolvimento da linha de muito alta tensão que atravessará Barcelos"
- 8. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 50/XIII/2.ª (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 529/XIII/2.ª (PSD)
- 9. Outros assuntos

_



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

1.ª Parte

Audição do Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil sobre o estudo relativo à Ponte 25 de Abril, na sequência dos requerimentos do CDS-PP, do PCP e do PSD

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Hortense Martins (PS) cumprimentou o Senhor Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Eng. Carlos Pina, cuja audição enquadrou nos requerimentos do CDS-PP, do PCP e do PSD, explicando os tempos de intervenção.

O Senhor Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil interveio.

Intervieram, em 1ª ronda, os Senhores Deputados Helder Amaral (CDS/PP), que interpelou a Mesa, Miguel Tiago (PCP), Bruno Vitorino (PSD), André Pinotes Batista (PS) e Heitor de Sousa (BE), tendo o Senhor Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil respondido individualmente às questões colocadas.

Na 2ª ronda, em que o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) interpelou a Mesa, intervieram os Senhores Deputados Bruno Vitorino e Carlos Silva (PSD), André Pinotes Batista (PS), Heitor de Sousa (BE), Helder Amaral (CDS/PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo o Senhor Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil respondido conjuntamente, a final, às questões colocadas.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações prestadas pelo Senhor Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, tendo a reunião, que teve <u>registo vídeo</u>, sido suspensa e, de imediato, prosseguido com a

2.ª parte da reunião



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 171/XIII/3.ª, 172/XIII/3.ª e 173/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 3, 4 e 5 de abril de 2018

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração as atas n.ºs 171/XIII/3.ª, 172/XIII/3.ª e 173/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 3, 4 e 5 de abril de 2018, que submeteu à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Secretário de Estado da Energia sobre os Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) e do requerimento do PSD para audição do Secretário de Estado da Energia sobre interligação das redes de transporte de energia

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou, nos seus termos, o requerimento do PCP para audição do Secretário de Estado da Energia sobre os Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), valorizando a questão e a audição.

O Senhor Deputado António Topa (PSD) apresentou, nos seus termos, o requerimento do PSD para audição do Secretário de Estado da Energia sobre interligação das redes de transporte de energia.

Pronunciou-se sobre o requerimento do PCP, que o PSD acompanha, e no sentido de também ouvir o Secretário de Estado da Energia em relação a 2017/2027, referindo o estudo da ERS e explicando.

- O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) disse que o PS acompanha ambos requerimentos, valorizando os muitos milhões € dos CMECS, desde 2004, e que a matéria do PSD ainda está pendente no Parlamento Europeu e instâncias europeias.
- O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) manifestou-se a favor de ambos requerimentos, mesmo com a ressalva pertinente feita pelo Senhor Deputado Hugo



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

Costa (PS) e podendo o Secretário de Estado da Energia não dar todas as respostas, e valorizou a questão estrutural dos CMECS.

O Senhor Presidente da Comissão colocou os requerimentos do PCP e do PSD à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

3. Apreciação e votação do requerimento do PSD para audições sobre a requalificação do troço Olhão-Vila Real de Santo António da EN125

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) apresentou o requerimento do PSD para audições sobre a requalificação do troço Olhão-Vila Real de Santo António da EN125, criticando o Governo por se refugiar no Tribunal de Contas, apesar da entrada recente do processo.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) disse nada ter a opor a este requerimento, recordando ter manifestado várias vezes preocupação com esta situação.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) disse nada ter a opor às audições propostas, que serão oportunidade de fazer a história dos bloqueios das obras na EN125 pelos vários Governos, e recordou recente aprovação de Projeto de Resolução do PCP sobre esta questão.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) disse que o PS viabilizará este requerimento, sendo útil realizar as audições e apurar as negligências.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) disse votar a favor deste requerimento, sendo oportunidade de apurar responsabilidade de 3 anos deste Governo. Sugeriu um modelo de audições já usado na sala do Senado, para alem da reunião da Comissão.



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão colocou o requerimento do PSD à votação, que foi aprovado por unanimidade.

- O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interpelou a Mesa sobre o eventual adiamento do **ponto 6 da OD**, em diálogo com
- o Senhor Presidente da Comissão e
- o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP), nomeadamente quanto ao ponto 4 da OD e ao adiamento do ponto 6 da OD, a pedido do PSD, que foi explicado pelo Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) como sendo por duas semanas perante a recente apresentação de novas iniciativas, tendo
- o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) considerado que uma semana é o habitual, e
- o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) referido o Projeto de Resolução do PS recentemente entrado e manifestado a favor do adiamento pelo tempo necessário, e
- o Senhor Presidente da Comissão enquadrado o agendamento dos projetos de resolução em Plenário ou na Comissão, aqui só para discussão, explicando e apelando a um consenso.
- O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) salientou que o PSD tem pedido a distribuição da matéria a apreciar até à 5ª feira anterior, procedimento de bom princípio que levaia ao adiamento por duas semanas, dando explicações, tendo
- o Senhor Presidente da Comissão explicado anterior prática da distribuição na 6ª feira, e notando não haver oposição para o adiamento por duas semanas.
 - 4. Nova apreciação e votação indiciária do Projeto de Lei n.º 599/XIII/2.ª (PSD) "Reforça a defesa da concorrência e regula as ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência ("Private Enforcement")"e da Proposta de Lei n.º 101/XIII/3.ª (GOV) "Estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao direito da concorrência, transpondo a Diretiva 2014/104/UE"



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) manifestou concordância para a votação em grandes blocos de artigos, explicando e admitindo gerar um texto comum.

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) sublinhou que o PS tem a preocupação da transposição da Diretiva, tendo em conta a matéria do Código Civil, explicando.

O Senhor Presidente da Comissão deu início à nova apreciação e votação indiciária do Projeto de Lei n.º 599/XIII/2.ª (PSD) - "Reforça a defesa da concorrência e regula as ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência ("Private Enforcement")" e da Proposta de Lei n.º 101/XIII/3.ª (GOV) - "Estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao direito da concorrência, transpondo a Diretiva 2014/104/UE", que consta do respetivo relatório de discussão e votação, e pode ser acedido na página das iniciativas na Internet.

5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 611/XIII/2.ª (PS) - "Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes na travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 565/XIII/2.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que atribua prioridade à construção de uma nova travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 1167/XIII/3.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que assegure o ordenamento e gestão eficiente do tráfego na Ponte da Chamusca", 1248/XIII/3.ª (PCP) - "Pela eliminação das dificuldades de circulação entre os concelhos da Chamusca e da Golegã através da Ponte João Joaquim Isidro dos Reis" e 1376/XIII/3.ª (PSD) - "Recomendação ao Governo relativamente às acessibilidades nos concelhos de Chamusca e Golegã e normalização do tráfego rodoviário"

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) informou esperar, para alem dos contributos recebidos, as respostas dos Grupos parlamentares do PSD e do CDS/PP, explicando e pedindo adiamento deste ponto para a semana, o que não teve oposição.



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

6. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.ª (PCP) - "Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro", 1345/XIII/3.ª (PCP) - "Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão" e 1347/XIII/3.ª (PCP) - "Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia"

Este ponto foi adiado a pedido do PSD.

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 975/XIII/2.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que suspenda o processo de desenvolvimento da linha de muito alta tensão que atravessará Barcelos"

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) referiu a discussão realizada na 11ª Comissão do Projeto de Resolução n.º 965/XIII/2ª (PSD), sobre a mesma matéria, e apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 975/XIII/2.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que suspenda o processo de desenvolvimento da linha de muito alta tensão que atravessará Barcelos", concluindo com a recomendação ao Governo que suspenda processos e que avalie a viabilidade de novo percurso.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) saudou a vinda do CDS/PP a esta discussão, tardia porque o Governo do PSD e CDS/PP definiu o 1º traçado da linha de muito alta tensão sem ouvir as Populações, nem regulamentaram a Lei.

Considerou ser preciso respeitar o princípio da precaução e que era preciso ouvir as Populações desde o início, e criticou o CDS/PP por vir tarde.

Recordou a hipótese do enterramento da linha com que são favoráveis.

O Senhor Deputado Hugo Pires (PS) deu as boas vindas ao CDS/PP que apareceu tarde.



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

Salientou que o traçado inicial já está completamente alterado, após a oposição das Populações e da Câmara Municipal de Barcelos, e que a REN tem acolhido alterações propostas e já tem havido acordo com 67% dos proprietários abrangidos pelo traçado da linha.

Concluiu que este Projeto de Resolução vem tarde, perante a situação atual.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) referiu que este Projeto de Resolução aparece tarde e lembrou o problema antigo e a discussão feita em anterior legislatura. Defendeu que a solução já devia ter sido adotada e que seria útil que o Secretário de Estado da Energia desse explicações sobre esta matéria em audição que requereu.

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) considerou que este Projeto de Resolução é pertinente porque a situação se mantem.

Notou que o PS tem discurso diferente do da Câmara Municipal de Barcelos, que negociou traçado com a REN sem ouvir as Populações.

Recordou que o anterior Governo, perante as reclamações, mandou elaborar novo traçado e defendeu que o atual Governo também avalie novo traçado.

Mencionou o Projeto de Resolução n.º 965/XIII/2ª (PSD) que apresentou, em que se defende que traçado seja desviado das zonas habitacionais e seja enterrado.

Criticou o BE que tem discurso diferente na Comissão de Ambiente, e os discursos diferentes aqui e perante as Populações.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) agradeceu as interpelações e referiu que este Projeto de Resolução está na Comissão desde 2017, feito na sequência das audições dos órgãos municipais de Barcelos.

Considerou que neste momento nada está resolvido e o traçado não foi alterado, o que justifica que o BE queira ouvir o Secretário de Estado da Energia agora.

Referiu que o anterior Governo foi sensível aos argumentos das Populações e suspendeu o traçado.

Criticou os Grupos parlamentares do PCP e do BE que considerou responsáveis pela solução que vier a ser adotada.



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão enquadrou o requerimento do BE para audição do Secretário de Estado da Energia sobre outras matérias, que foi aprovado por unanimidade.

8. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 50/XIII/2.ª (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 529/XIII/2.ª (PSD)

A redação final relativa à Proposta de Lei n.º 50/XIII/2.ª (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 529/XIII/2.ª (PSD) foi fixada sem votos contra.

9. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão informou que:

- deram entrada, na segunda-feira, os seguintes requerimentos:
 - do CDS-PP, para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre o cumprimento pela TAP - Air Portugal do serviço público de ligação com as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores,
 - do PSD, para audição do Presidente Executivo do Conselho de Administração da TAP, sobre o cancelamento de voos da TAP,
 - do PS, para audição do Presidente Executivo do Conselho de Administração da TAP e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre o cancelamento de voos da TAP,

que foram distribuídos com a documentação para a reunião, tendo o BE entregue, no início da reunião, outro requerimento para audição das Administrações da TAP e da Easyjet, e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

O Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) apresentou, nos seus termos, o requerimento do PSD para audição do Presidente Executivo do Conselho de Administração da TAP, sobre o cancelamento de voos da TAP, responsabilizando o Governo da República



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

que tem Administradores na TAP, por si nomeados, e insistiu que a situação se mantem e é inaceitável.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) apresentou, nos seus termos, o requerimento do CDS-PP para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre o cumprimento pela TAP-Air Portugal do serviço público de ligação com as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, e vincou que para muitos Portugueses o avião é o único meio de entrada/saída da Madeira.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS), em apresentação do requerimento do PS para audição do Presidente Executivo do Conselho de Administração da TAP e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre o cancelamento de voos da TAP, considerou tratar-se de tema muito relevante, lembrando ser a TAP que faz quase todos os voos para a Madeira, exceto 2/diários da Easyjet, e criticou a situação em que os passageiros ficam sem explicações da TAP, o que considerou intolerável.

Notou ser importante esclarecer a situação nas audições a fazer.

Valorizou a relevância do serviço público para residentes.

O Senhor Deputado Paulino Ascenção (BE) apresentou, nos seus termos, o requerimento sobre a mesma matéria, entregue na reunião, explicando que a situação tem origem na privatização da TAP, que não está obrigada ao Serviço Público para a Madeira, e que não se sabe quais as razões quanto à Easyjet.

O Senhor Presidente da Comissão colocou os requerimentos em análise à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

O Senhor Presidente da Comissão informou que:

 baixaram, no dia 7 de abril, à Comissão para nova apreciação por um prazo de 30 dias, os Projetos de Lei n.ºs 580/XIII (PEV), 815/XIII (BE), 817/XIII (PAN) e 818/XIII (PSD) e o Projeto de Resolução n.º 1464/XIII (PS), sobre o período de fidelização nos contratos de prestação de serviços de comunicações eletrónicas;



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

- chegou à Comissão, na sequência do pedido da EDP, e de que foi dado conhecimento aos Deputados através do envio do link, o Plano de Desenvolvimento da Rede de Distribuição de Eletricidade - 2017-2021. o relatório será elaborado pelo Deputado Hugo Costa (PS).
- estão previstas audições na 3ª feira, 17:
 - 10h do Ministro da Economia,
 - à tarde dos Conselhos Regionais das Comissões de Coordenação e
 Desenvolvimento Regional, sobre a reprogramação dos fundos comunitários.

A reunião foi encerrada às 14:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 abril 2018.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



ACTA NÚMERO 175/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira

Carlos Silva

Cristóvão Norte

Emídio Guerreiro

Fátima Ramos

Fernando Jesus

Heitor de Sousa

Helder Amaral

Helga Correia

Hortense Martins

Hugo Costa

Hugo Pires

João Vasconcelos

Joel Sá

Luís Campos Ferreira

Luís Moreira Testa

Paulino Ascenção

Paulo Rios de Oliveira

Pedro Mota Soares

Ricardo Bexiga

André Pinotes Batista

António Costa da Silva

António Topa

Bruno Vitorino

Carla Cruz

Miguel Tiago

Paulo Neves

Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva Fernando Virgílio Macedo Heloísa Apolónia Pedro Coimbra

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Dias